

Participação nas redes sociotécnicas: potência e controle

Marcus Guilherme Pinto de Faria Valadares*

Resumo

A visibilidade conquistada pelo homem ordinário com a Web 2.0, que abriga um espaço de colaboração e de produção, a princípio mais horizontalizado, leva-nos a pensar em uma liberdade comunicativa nunca antes atingida. Aliada às possibilidades da laureada liberdade da Web 2.0, ocorre também a descontinuidade no mundo contemporâneo no que toca à produção de subjetividade, que nos instiga a aparecer, a nos mostrar. Se por um lado é nesse contexto em que “o show do eu”, aliado a um espaço midiático potencialmente libertário, possibilita a propulsão da uma “micropolítica” criativa, vale a pena pensar, por outro lado, sob a influência e no interior de quais dispositivos estaríamos trabalhando.

Palavras-chave: Biopolítica. Subjetividade. Controle.

* Mestrando em Comunicação Social da PUC Minas. Formado em Comunicação Social, Jornalismo, pela Universidade FUMEC e em Letras, Língua Inglesa e suas literaturas, pela UFMG.

Introdução

Expressões das mais diversificadas, corporificadas em discursos verbais, fotos, vídeos, etc. povoam as Redes Sociais Virtuais, como o *Orkut*, o *Youtube*, o *Facebook*, dentre outros, para, mais que revelar, confessar uma intimidade que se encontra cada vez mais exposta à visão de todos. Esse ato confessional encontra espaço a partir de uma reconfiguração comunicacional decorrente da chegada da internet, especialmente da *Web 2.0*.

Uma forma mais colaborativa e descentralizada, estruturada em uma disseminação de muitos para muitos, surge da lógica hipermediática, abrindo caminho diante do modelo transmissionista, intensificando a atividade colaborativa e o intercâmbio informacional (ALZAMORA, 2007, p. 3). A liberação do polo de emissão e, conseqüentemente, a circulação, bem como o aumento de diversos tipos de informação marcam a cultura de rede contemporânea (LEMOS, 2004), que diariamente nos convida a participar dela.

Aliada à liberdade em rede, outro fenômeno, relacionado à conformação do *eu*, parece potencializar essas novas formas de expressão. Como apontam Bruno (2004) e Sibilia (2008), na companhia de outros autores, uma descontinuidade no que toca à produção de subjetividade acontece no mundo contemporâneo. A subjetividade, fundamentalmente privada, recôndita, reservada, introdirigida, vem se convertendo em uma subjetividade cada vez mais exteriorizada e performática na contemporaneidade.

O que se pensava estar inserido no interior de cada um e que garantiria a possível *essência* parece estar cada vez mais se deslocando rumo à superfície do corpo. A expressão desse deslocamento aparece na ânsia de se mostrar, de ser visto, de se edificar como uma subjetividade visível. Há necessidade de se exibir para alguém, uma vez que esse *eu* só existe na confirmação do outro e em sua visibilidade (BRUNO, 2004; SIBILIA, 2008). A autoexposição hoje é, também, uma forma de inclusão nas redes de informação, entretenimento e consumo.

É essencial entender que essa exteriorização não é simplesmente a emergência de uma subjetividade constituída como interioridade, nos moldes da subjetividade moderna, mas, primordialmente, uma subjetividade que se constitui na própria projeção. É na exteriorização que esse *eu* agora se compõe e é ao se mostrar que o indivíduo existe, constrói a sua identidade e se estabelece como sujeito. (BRUNO, 2004; SIBILIA, 2008a e 2008)

Se, por um lado, é nesse contexto que *o show do eu* (SIBILIA, 2008), aliado às potencialidades da laureada liberdade da *Web 2.0*, possibilita

a propulsão da uma “micropolítica” criativa, vale a pena pensar, por outro lado, sob a influência e no interior de quais dispositivos estaríamos trabalhando.

Da disciplina à biopolítica

Para problematizar essa questão, é valiosa a discussão do poder biopolítico, que se configura simultaneamente como dispositivo de normatização e potência de ruptura. O conceito de biopolítica perpassa distintas áreas do saber e, retomado em novos moldes, mostra-se cada vez mais necessário e pertinente nas discussões de cada uma delas na contemporaneidade. O termo, cunhado, primeiramente, por Foucault (2008), foi posteriormente retrabalhado por outros teóricos. Mas antes de enveredar pelos caminhos da biopolítica, discussão rica para este trabalho, cabe um desvio que nos leva ao início do poder biopolítico: o poder disciplinar.

A partir do século XVII surgiu uma forma de poder centrada na moldagem dos corpos individualizados denominada, por Foucault (1980, p. 131), de disciplina ou “anátomo-política do corpo humano”. Essa forma de poder ou essa rede de micropoderes, materializada nas mais diversas instituições sociais, como a escola, o exército, os ateliês, os hospitais, passa a trabalhar na administração e sujeição dos corpos com o objetivo de torná-los dóceis e produtivos, de forma a adequá-los às demandas do liberalismo nascente.

Nessas instituições, o poder disciplinar encontra espaço fértil para analisar, acompanhar, alterar e fixar os corpos em sua própria imanência. Esse espaço, homogêneo, bem delineado e estável, determina de forma clara todas as fronteiras (centro/periferia, público/privado, etc.), já que “as instituições disciplinares operam através do princípio de exclusão, de segregação e isolamento daqueles que devem se submeter aos seus procedimentos.” (BRASIL, 2008, p. 31)

O poder disciplinar carece do confinamento. É com base na presença entre vigia e vigiado, em espaço e tempo racionalizados que se consegue traduzir as experiências individuais em informação (BRASIL, 2008, p. 32). O panóptico de Betham, como nos mostra Foucault (1987), aparece como exemplar originário desse paradigma e ilustra de forma precisa os modos de funcionamento da sociedade disciplinar: uma torre central, com visão para todos os lados, é rodeada por uma construção de anel, dividida em celas incomunicáveis e com janelas vazadas, que acompanham a estrutura da construção, para o interior, com acesso à torre, e para o exterior, que permitem que a luz penetre na cela de um lado a outro.

O vigia na torre central tem visível o indivíduo de cada cela: individualização e visão constante. (FOULCAULT, 1987, p. 224)

É a consonância entre confinamento, visibilidade e informação que caracteriza essa arquitetura como um intenso dispositivo de poder. Como mostra Brasil (2008), a partir das ideias de Foucault (1987), o indivíduo, em face da vigilância ininterrupta e espacializada, introjeta a norma e, conseqüentemente, também a exterioriza. Essa territorialização, portanto, que marca a disciplina, acontece de forma parcial, já que ao interiorizar o espaço externo o indivíduo o carrega consigo. Nesse processo, nota-se “alguma organicidade entre a informação e o indivíduo, este sendo ao mesmo tempo sua fonte, seu portador e seu alvo. A informação pode ser, então, descoberta, revelada, extraída de sua própria história e experiência.” (BRASIL, 2008, p. 33)

A partir da segunda metade do século XVIII, segundo FOUCAULT (1980), desenvolve-se uma nova forma de poder: a biopolítica. Em continuidade e ruptura com o poder disciplinar, essa nova forma não se centrou no corpo como máquina, no indivíduo, mas, sim, no corpo populacional:

[...] centrou-se no corpo espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população. (FOUCAULT, 1980, p. 131)

A biopolítica, como nos mostra Foucault (1980), não se coloca em posição inversa ao poder disciplinar. Longe de serem formas antitéticas de poder sobre a vida, ainda que invistam em estratégias distintas, elas se encontram intimamente interligadas. A norma atravessa as duas formas de poder, em uma continuidade, ainda que em escala e natureza diferentes, que vai da disciplina à biopolítica. Passa-se, então, do homem-corpo ao homem-espécie e do indivíduo à população. (FOUCAULT, 1980, p. 131)

Poder disciplinar e biopolítica fazem, portanto, investimentos de naturezas opostas, mas complementares, em um crescente investimento no âmbito da vida. Se, por um lado, o primeiro restringe, interdita e confina, o segundo, por sua vez, estimula o fluxo, o movimento e o a mobilidade; o exercício do poder acontece em meio à circulação de pessoas e mercadorias. (FOUCAULT, 1980)

A mudança em relação às disciplinas, contudo, não recai somente em relação ao espaço, mas também ao tempo, que terá um investimento até mesmo maior que o primeiro. Na contemporaneidade, as práticas denominadas anormais perdem seu caráter negativo para assumir uma expressão de intensidade. Nesse contexto, a anormalidade e a culpa são menos importantes que o risco e a responsabilidade, os quais orientam a preocupação atual de que não precisam mais suprimir o desejo, mas informar os riscos expostos tendo em mente o próprio interesse do indivíduo. (VAZ, 1997; BRUNO, 2004)

A produção atual de bens ou de si mesmo, portanto, relaciona-se diretamente com a antecipação, tendo em vista a situação futura e os riscos que as manobras do presente implicam. (VAZ, 1997). É a previsão e a antecipação do risco que irá contribuir para a emancipação de uma vigilância preditiva e também preventiva, baseada no cálculo e no mapeamento dos fatores que ameaçam o indivíduo. Quanto maior a identificação do indivíduo projetado, maior a eficácia. Contudo, a subjetividade marcada pela antecipação e pela projeção não parece ser a interiorização da identificação com os perfis projetados. Diferentemente da modernidade, a vigilância, hoje informacional e eletrônica, não pretende atuar na interioridade, mas, sim, no comportamento, na prevenção do indesejado. “A autovigilância torna-se prioritariamente autocontrole” (BRUNO, 2004, p. 122). Esse autocontrole torna-nos cada vez mais apreensivos e cuidadosos com nossas ações no presente, que devem ser administradas e planejadas com base na na previsão.

Biopolítica hoje

Não é à toa que a biopolítica será fundamental para o desenvolvimento do capitalismo em sua fase avançada. Com a velocidade crescente do desenvolvimento tecno-científico, este se encontra cada vez mais engendrado às estratégias biopolíticas. Colocamo-nos, por isso, em um domínio instável e de incertezas, decorrente da ânsia de lucro por parte das empresas e do poder de gerir a vida por parte da ciência e da tecnologia em escala micro e planetária. A biopolítica, impulsionada pela tecnologia, desloca-nos para um tempo mais profundo, ao fazer da vida matéria passível a qualquer tipo de intervenção. (BRASIL, 2008, p. 17)

Essa conexão entre biopolítica e tecnociência afeta-nos infinitamente ao penetrar nas mais distintas esferas da vida social. Como nos mostra Rodrigues (2007), os fluxos tecnológicos são aqueles que hoje percorrem e atravessam com maior facilidade e eficácia o espaço coletivo, interferindo em nossas pluralidades de ritmos e controlando singularidades e

devires. Esses, contudo, não são os únicos que interferem nos processos de conformação da subjetividade.

Pelbart (2009) nos mostra que vivemos em um “império contemporâneo”, que enfrenta constantemente os desafios de uma nomadização generalizada, a qual, ainda que dependa de toda essa circulação de fluxos, precisa lidar com uma lei-esquiza¹ que não mais se deixa prender nas amarras da antiga lógica de fortaleza. É essa dimensão subjetiva do esquizo que coloca em risco o império, especialmente nos dias de hoje. A forma de controle dessa constante desterritorialização é encontrada por ele no desejo, na venda de sonhos, no discurso de segurança, em uma felicidade, em um gozo. Não somente os fluxos informáticos nos atravessam, mas também milhares de outros, como os de imagens, de informação, de serviços, etc. Como *modos de vida*, consumimos as mais variadas formas de subjetividade, como pensar, sentir, morar, vestir, comer, etc. São as consequências da relação estabelecida entre capital e subjetividade. Se antes o capital penetrava e instalava nas mais variadas esferas da existência, ele agora as domina e as força a trabalhar, o que as amplia e lhe escapa, “obrigando o próprio controle a nomadizar-se. (PELBART, 2009, p. 20)

As subjetividades são singularidades virtualizadas e independentes que, inseridas em um mundo virtualmente presente, modificam-se e desdobram-se em um mesmo mundo, o que gera uma questão para o capitalismo contemporâneo. Em face desses desdobramentos, a apropriação capitalista não pode se fechar em si mesma, estando sempre aberta ao incerto com o intuito de controle desses mundos pela modulação contínua. (LAZZARATO, 2004). Como coloca Deleuze (1989), Foucault descreveu as disciplinas que representam a história que deixamos de ser paulatinamente, pois são as disposições de controle aberto e contínuo que delineiam a nossa atualidade, em oposição às disciplinas em espaços de confinamento. Na sociedade de controle, segundo Lazzarato (2004), em prosseguimento à teoria de Deleuze (1992), o corpo não se encontra mais trancado no trabalhador, no soldado, no doente, enfim, no corpo mudo dominado pelas disciplinas. O corpo e também a alma estão marcados pelos mais variados tipos de signos, palavras e imagens. São essas transformações incorporais que nos trabalham e dominam nossos corpos.

Pelbart (2008, p. 22) mostra que essa força de fluxos, comandada pelo capital, que envolve, atravessa, instala e modula a subjetividade, contudo, não nos tem em suas amarras de maneira dócil e passiva. Nessa

1 O esquizo é representado pelo nômade e, como tal, é “o desterritorializado por excelência, aquele que foge e tudo faz fugir. Ele faz da própria desterritorialização um território subjetivo.” (PELBART, 2009, p. 19-20)

rede de produção ininterrupta de subjetividade, existem reapropriações, reinvenções, criação de novos sentidos e a produção de novos territórios existenciais que ultrapassam aqueles estabelecidos pelo capital. Em tempos de um capitalismo que perverte e apresenta múltiplas formas de vida, é possível que o excluído, as margens do acesso a distintas formas de consumo, tome sua própria vida, seu único capital, enfim, sua própria existência e singularidade, como recurso de autovalorização. Nessa perspectiva, todos, mesmo aqueles privados do acesso aos mais variados bens, possuem um potencial de produção:

A invenção não é prerrogativa dos grandes gênios, nem monopólio das indústrias e da ciência, ela é a potência do homem comum. Cada variação, por minúscula que seja, ao propagar-se e ser imitada torna-se quantidade social, e assim pode ensejar outras invenções e novas imitações, novas associações e novas formas de cooperação. Nessa economia afetiva, a subjetividade não é efeito ou superestrutura etérea, mas força viva, quantidade social, potência psíquica e política. (PELBART, 2009, p. 23)

Mais que reservas passivas inertes na rede social, essas forças vivas passam a ser vistas, na verdade, como um capital, a grande fonte de riqueza do capitalismo. Essa economia imaterial ultrapassa a expropriação da mão de obra física e cobra do trabalhador “sua inteligência, sua imaginação, sua criatividade, sua conectividade, sua afetividade – toda uma dimensão subjetiva e extraeconômica antes relegada ao domínio exclusivamente pessoal e provado, no máximo artístico.” (PELBART, 2009, p. 23)

Não é por acaso que o homem ordinário² parece ganhar maior destaque na sociedade contemporânea, antes reservado unicamente para as celebridades e aqueles responsáveis por grandes feitos. Incorporado pelas artes no realismo, sendo apropriado pelo cinema e pela televisão, ele agora tem espaço para se mostrar de maneira própria e, em novos moldes, de participar dessa visibilidade ao usufruir da potencial liberdade da *Web 2.0*.

A internet, sustentada pelas redes sociais da *Web 2.0*, abre-se para o singular, para a expressão do homem comum e de sua alteridade, pois, ao ter parte de sua produção realizada na contramão da lógica cristalizante da mídia de massa, mostra-se como um ambiente privilegiado de uma contínua produção e apropriação criativa. São as redes sociais virtuais que marcariam a ampliação do potencial da rede em termos de associação, de

2 A expressão “homem ordinário” é trabalhada, dentre outros autores, por Certau (1994).

expressão e de contágio. Dessa forma, o ambiente digital parece sofrer reaberturas experimentais, que vão surgindo inesperadamente e criando micropolíticas criativas de sociabilidade e ampliando interesses e ações na rede.

A *Web 2.0*, contudo, foi impulsionada por uma nova subjetividade, exteriorizada e visível. Os muros que protegiam os lares burgueses e guardavam a segurança do *Homo pshychologicus* e do *Homo privatus* sofreram grandes rachaduras e agora parecem nem mais existir. Se na modernidade, a intimidade era guardada para si e revelada apenas dentro dos muros que protegiam o lar, na contemporaneidade, ela é projetada nas telas e mostrada para todos. É o momento em que as subjetividades introdirigidas se esvaem e dão espaço a subjetividades reconfiguradas e, agora, alterdirigidas. É na exteriorização que aparece a subjetividade, e é assim que o indivíduo parece existir. (SIBILIA, 2008)

É nessa mistura entre as potencialidades da *Web 2.0* e a reconfiguração de uma subjetividade cada vez mais exterior e visível que, tudo indica, possibilita a multiplicidade de signos, afetos, singularidades, (re)apropriações, (re)territorializações, contágios, etc., ou seja, a criação de uma micropolítica criativa centrada na alteridade da figura do homem ordinário. Logicamente, como mostra Sibilía (2008), estimulada por forças do capital, que excita incessantemente todo o potencial criativo, deixando o livre para circular, (re)inventar-se, (re)territorializar-se, para, no momento propício e, quando possível, desativá-lo e transformá-lo em mercadoria.

Conclusão

A alastrada confissão na internet é um processo em constante tensão, estimulado por forças do capital que, ao penetrar nas esferas mais infinitesimais de nossa existência e em uma velocidade que ultrapassa nossa percepção, colocam-nos para trabalhar, estimulando todo o nosso potencial criativo, fazendo-o circular e (re)territorializar, para no momento certo absorvê-lo e transformá-lo em mercadoria. Não é, por isso, totalmente controlado, por isso escapa das estratégias do poder e reinventa-se de maneira singular, criando sentido e novas formas de valorização.

Nessa produção coletiva e colaborativa, há uma tensão cujo poder age sobre a vida, mas também a impulsiona como potência de vida, influenciado por diferentes fluxos, que nunca são os mesmos. É importante pensar nesses atos confessionais não como expressões de pura liberdade propiciadas pela chegada da *Web 2.0*, mas como práticas que, por um lado, comportam-se como “caldo vital”, produzindo singularidades

e subjetividades, mas que, ao mesmo tempo, são formas de controle inseridas em um dispositivo de poder. Nessa perspectiva, conseguiremos pensar a internet menos como um espaço de performances técnicas e comunicacionais que um espaço de catálises, de encontros e de contágios, que vão além de regimes semióticos e comunicacionais.

Participation in sociotechnical networks: power and control

Abstract

The visibility acquired by the ordinary man with Web 2.0, which supports a space of contribution and production, at first more horizontalized, leads us to think of a communicative freedom never before achieved. Along with the possibilities of the honored freedom of Web 2.0, there is also a discontinuity in the contemporary world related to the subjectivity production, which instigates us to appear, to show ourselves. If on one hand, it is in this context that "the show of the I", along with a potentially libertarian media space, makes facilitates the propulsion of a creative micropolitics, on the other hand, it is worthy of attention, under the influence and inside of which apparatus we would be working.

Key words: Biopolitics. Subjectivity. Control.

Referências

- ALZAMORA, Geane. Fluxos de informação no ciberespaço – conexões emergentes. *Galáxia: revista transdisciplinar de comunicação, semiótica, cultura*, São Paulo, n. 13, 2007.
- BRASIL, André. *Modulação/Montagem: ensaio sobre biopolítica e experiência estética*. 2008. 99 f. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2008.
- BRUNO, F. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 24, p. 110-124, 2004.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DELEUZE, Guilles; GUATTARI, Félix. (1997) *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34. v. 5.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Gallimard, 1980. v. 1: A vontade de saber.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*, 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

LAZZARATO, Maurizio. Creer des mondes: capitalismo contemporain et guerres esthétiques. *Revista Multitudes Art Contemporain. La recherche du dehors*. Paris, n. 15, 2004.

LEMOS, André. Cibercultura e identidade cultural: em direção a uma cultura copyleft?. *Contemporânea: revista de comunicação e cultura*. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea, Facom/UFBA, Salvador, v. 2, n. 2, p. 9-22, dez. 2004.

PELBART, Peter Pál. Poder sobre a vida, potências da vida. In: PELBART, P. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

RODRIGUES, Rodrigo. *A escuta e o virtual: sensação, pensamento e a criatividade musical na Internet*. 2007. 161 f. Tese (Doutorado do Programa de Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2007.

SIBILIA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008

VAZ, Paulo Roberto Gibaldi. O corpo-propriedade. In: FAUSTO NETO, A.; PINTO, M. J. (Org.). *Mídia e cultura*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1997.

